AIG 100 ANOS NO MUNDO
CELEBRANDO 70 ANOS NO BRASIL

AIG Resseguros Brasil S.A.

CNPJ nº 13.525.547/0001-52

www.aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2018

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e os pareceres dos Auditores Independentes, referentes às atividades da AIG Resseguros Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Presente há 100 anos em todo o mundo e 70 anos no Brasil, a AIG tem ajudado pessoas e empresas a se desenvolverem e aproveitarem as oportunidades, identificando e gerenciando riscos. Nossa missão é contribuir para que nossos clientes possam tomar decisões de maneira informada que lhes permitam estar mais seguros. Oferecemos aos nossos clientes experiência profissional e entendimento sobre riscos para que possam prosperar em um mundo em constante mudança, ajudando-os a compreender as questões de hoje e estar mais bem preparados para o amanhã.

Atendendo a milhões de clientes em mais de 80 países e jurisdições, nossa atuação global nos permite entender as necessidades dos nossos clientes, respeitando as características de suas culturas locais. Com experiência no mercado brasileiro desde 1949 e um dos mais completos portfólios de produtos de mercado, somos líderes em diversas linhas e oferecemos rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos.

A AIG Resseguros Brasil S.A., subsidiária da AIG Seguros Brasil S.A., está estabelecida no Brasil, com capital social de R$ 90 milhões, com o objetivo de operar no mercado de resseguros brasileiro, dentro dos padrões e políticas do Grupo AIG.

Para fornecer maior capacidade ao mercado segurador brasileiro, desenvolvemos soluções inovadoras com qualidade e compromisso que agem em sinergia com nossos parceiros, agregando segurança, volume e valor a nossos clientes.

Performance econômico-financeira

Em termos de vendas, os prêmios emitidos pela Resseguradora atingiram um volume de R$ 96 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 5% menor que o exercício de 2017, e em termos de prêmio ganho atingiu R$ 85 milhões, 21% menor que em 2017. Com relação às despesas, as administrativas foram de R$ 11 milhões e as de tributos de R$ 2 milhões em 2018, 5% menor que as despesas do ano de 2017. Os sinistros ocorridos representaram R$ 211 milhões e as operações de retrocessão resultaram em R$ 117 milhões. No mais, a receita financeira contribuiu com R$ 12 milhões, 30% menor que o exercício de 2017. Esses impactos somados resultaram em um prejuízo de R$ 10 milhões no exercício de 2018.

Distribuição de lucros

Os estatutos da AIG Resseguros Brasil S.A. destinam até 25% para pagamento de dividendos aos acionistas, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Perspectivas

Em 2018, focamos em eficiência, simplicidade e nos nossos diferenciais para continuar a atender corretores parceiros e clientes com agilidade, profissionalismo e experiência técnica. Por sermos uma companhia global com experiência e reconhecimento de 100 anos em todo mundo, temos uma capacidade diferenciada no mercado, o que nos levou a ampliar nossa atuação como resseguradora, inclusive na América Latina. Com o objetivo de fortalecer nossa presença no país por meio de crescimento orgânico e parcerias locais, selamos uma aliança estratégica com a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais para distribuição de cinco produtos dirigidos ao mercado de Pequenas e Médias Empresas - PME, que contarão com a garantia de proteção de resseguro da AIG.

De forma geral, entendemos que as perspectivas macroeconômicas para 2019 são positivas, porém ainda desafiadoras diante das expectativas sobre as reformas estruturais em discussão. Para a resseguradora local, o mercado brasileiro apresenta oportunidade de crescimento, principalmente em produtos nos quais a AIG é referência, como grandes riscos e riscos cibernéticos, por exemplo. Aliado a isso, continuamos mantendo nossa forte disciplina nas políticas de aceitação de risco e gestão de custos. Essa estratégia visa proporcionar o ganho de escala necessário para a melhora do resultado operacional.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Resseguradora.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

A Diretoria

Balanço Patrimonial
Exercício Findo em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018	2017
Circulante	**849.108**	**649.256**
Disponível	**9.964**	**10.995**
Caixa e bancos (Nota 5)	9.964	10.995
Aplicações financeiras (Nota 6)	**161.606**	**147.979**
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 7)	**101.098**	**82.469**
Operações com seguradora (Nota 7.3)	80.387	71.199
Operações com resseguradora (Nota 7.5)	20.430	10.988
Outros créditos operacionais	281	282
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	**572.642**	**396.849**
Títulos e créditos a receber	**3.798**	**10.964**
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	2.866	10.941
Outros créditos	932	23
Não circulante	**16.849**	**18.921**
Realizável a longo prazo	**16.849**	**18.921**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**–**	**459**
Operações com seguradoras (Nota 7.3)	–	459
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	**14.133**	**16.765**
Títulos e créditos a receber	**2.716**	**1.697**
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	2.716	1.697
Total do ativo	**865.957**	**668.177**

	2018	2017
Circulante	**759.734**	**548.967**
Contas a pagar	**3.228**	**21.998**
Obrigações a pagar (Nota 11.1)	361	9.654
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 11.2)	40	1.032
Encargos trabalhistas	66	18
Impostos e contribuições (Nota 11.3)	1.171	8.620
Outras contas a pagar (Nota 11.4)	1.590	2.674
Débitos de operações com seguros e resseguros	**100.510**	**68.584**
Prêmios a restituir	376	305
Operações com resseguradoras (Nota 13)	100.134	68.279
Depósitos de terceiros	**2.272**	**2.157**
Depósitos de Terceiros	2.272	2.157
Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)	**653.724**	**456.228**
Não circulante	**16.528**	**19.066**
Contas a pagar	**2.088**	**2.090**
Tributos diferidos (Nota 12)	2.088	2.090
Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)	**14.440**	**16.976**
Patrimônio líquido	**89.695**	**100.144**
Capital social (Nota 15 (a))	90.001	90.001
Reservas de lucros	–	10.143
Prejuízos acumulados	(306)	–
Total do passivo e patrimônio líquido	**865.957**	**668.177**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
Exercício Findo em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018	2017
Prêmios emitidos (Nota 16.1)	96.114	101.299
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 17)	(11.069)	6.452
Prêmios ganhos (Nota 16.2)	**85.045**	**107.751**
Sinistros ocorridos (Nota 18)	(210.702)	3.792
Outras despesas e receitas operacionais	(64)	343
Resultado com retrocessão (Nota 19)	116.978	(93.630)
Despesas administrativas (Nota 20)	(11.159)	(7.083)
Despesas com tributos (Nota 21)	(2.429)	(7.328)
Resultado financeiro (Nota 22)	12.302	17.555
Resultado operacional	**(10.029)**	**21.400**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	637	693
Resultado antes dos impostos e participações	**(9.392)**	**22.093**
Imposto de renda (Nota 23)	(689)	(3.759)
Contribuição social (Nota 23)	(282)	(3.033)
Participação sobre o lucro	(86)	(45)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**(10.449)**	**15.256**
Quantidade de ações (Nota 15(a))	91.435.555	91.435.555
Lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações	(0,11)	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício Findo em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Reservas de lucros			
	Capital social	Legal	Estatutária	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2017	**90.001**	**1.070**	**4.230**	**–**	**95.301**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	15.256	15.256
Constituição de reserva	–	763	4.080	(4.843)	–
Dividendos	–	–	–	(3.623)	(3.623)
Juros sobre o capital próprio (Nota 23)	–	–	–	(6.790)	(6.790)
Em 31 de dezembro de 2017	**90.001**	**1.833**	**8.310**	**–**	**100.144**
Em 1º de janeiro de 2018	**90.001**	**1.833**	**8.310**	**–**	**100.144**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(10.449)	(10.449)
Constituição de reserva	–	(1.833)	(8.310)	10.143	–
Em 31 de dezembro de 2018	**90.001**	**–**	**–**	**(306)**	**89.695**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixas (Método Indireto)
Exercício Findo em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018	2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	**(10.449)**	**15.256**
Ajustes para:		
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	3	(713)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(13.627)	30.314
Créditos das operações de seguros e resseguros	(18.173)	(30.374)
Ativos de resseguro	(173.161)	55.814
Créditos fiscais e previdenciários	7.151	(963)
Outros ativos	(909)	1
Impostos e contribuições	(7.451)	6.349
Outras contas a pagar	(1.926)	(6.498)
Débitos de operações com seguros e resseguros	31.926	(6.232)
Depósitos de terceiros	115	1.277
Provisões técnicas - seguros e resseguros	194.960	(57.605)
Caixa gerado/(Consumido) pelas operações	**8.459**	**6.626**
Imposto sobre o lucro pago	(95)	(9.016)
Caixa líquido gerado/(Consumido) nas atividades operacionais	**8.364**	**(2.390)**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	**(9.395)**	**–**
Caixa líquido Gerado/(Consumido) nas atividades de financiamento	**(9.395)**	**–**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(1.031)**	**(2.390)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10.995**	**13.385**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**9.964**	**10.995**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Resseguros Brasil S.A. ("AIG RE" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede no Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, complexo JK/ Torre E 10º andar, Vila Nova Conceição – São Paulo/ SP e que tem como acionistas a AIG Seguros Brasil S.A., com 91.435.554 ações ordinárias e a American Home Assurance Company Escritório de Representação no Brasil Ltda., com uma ação ordinária, totalizando 91.435.555 ações.

A Resseguradora tem por objeto a operação com resseguros e retrocessão em todos os ramos.

Em 4 de abril de 2011, através da Portaria SUSEP no 3.972, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu à AIG Resseguros Brasil S.A. autorização para operar como resseguradora local e homologou na íntegra as deliberações tomadas pelos acionistas na Assembleia de Constituição realizada em 15 de fevereiro de 2011.

Conforme despacho nº 1.681 de 21 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de dezembro de 2018, edição 246, seção 1, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sem restrições, parceria comercial entre AIG Seguros Brasil, AIG Resseguros Brasil e a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (Porto Cia), subsidiária do Grupo Porto Seguros.

O acordo aprovado consiste em uma aliança estratégica entre a Porto Cia e a AIG Seguros Brasil para distribuição de produtos de Responsabilidade Civil Profissional, Gestão Protegida (D&O), Riscos Cibernéticos, Ambiental Transporte e Operador Portuário focado no mercado de Pequenas e Médias Empresas no Brasil.

As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de fevereiro de 2019.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Resseguradora estão apresentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP e Lei das S.As., e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resseguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros avaliados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Resseguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Resseguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial.

Em 22 de Dezembro de 2017 foi emitida a Circular SUSEP nº 561/17, alterando a Circular SUSEP nº 517/15 e 521/15, que dispõem sobre as Normas Contábeis no que se refere ao plano de contas a ser observado pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, instituídas pela Resolução CNSP nº 86, de 3 de setembro de 2002, a partir de 1º de janeiro de 2017.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2018.

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A norma é efetiva para o exercício início a partir de 1º de janeiro de 2018, entretanto para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

IFRS 16 - "Arrendamento", essa norma apresentará mudanças que afetarão principalmente a forma como as companhias deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, de forma geral, todos os contratos de arrendamento terão tratamento semelhante ao atual arrendamento financeiro, passando a constituir um ativo nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 17/CPC 06 - "Operações de arrendamento mercantil", e entra em vigor em 1º de janeiro de 2019. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do normativo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mais especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP.

IFRS 17 - "Contratos de Seguros", essa norma apresentará uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS se baseia no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma norma muito mais robusta que a atualmente vigente. A norma substituirá a IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2021. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do normativo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mais especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP. Os normativos citados anteriormente serão aplicáveis quando homologados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os possíveis impactos oriundos da adoção desses normativos serão avaliados após a homologação da SUSEP.

IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Resseguradora está em processo de avaliação das incertezas e não espera impacto relevante em suas Demonstrações Financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Resseguradora.

2.2 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Resseguradora.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem contas bancárias.

2.4 Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Resseguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e consideração paga pela Resseguradora para a aquisição do ativo (também conhecida como *day-one profits/losses*) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Resseguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Resseguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Resseguradora se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no

continua →

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 08:44:48.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30009198] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dia em que a negociação ocorre. A Resseguradora classificou seus ativos financeiros como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Resseguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Esta é a classificação utilizada pela Resseguradora para os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(c) Recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras, são classificados pela Resseguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio aceito. Os outros recebíveis da Resseguradora compreendem as demais contas a receber. A recuperabilidade de todos os recebíveis são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço (vide nota 2.5(a)).

(d) Determinação do valor justo dos ativos

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Resseguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

2.5 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras)

A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*.

Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Resseguradora somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela administração.

As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Resseguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

• Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;

• Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor e provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;

• Informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos individualmente não significativos.

(b) Ativos financeiros avaliados ao valor justo

A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência objetiva de que um ativo classificado como mantido para negociação está individualmente *impaired*. Perdas para *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando se o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida.

(c) Ativos não financeiros

Os ativos registrados como custos de aquisição diferidos de contratos de seguros são avaliados, quanto à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (TAP ou LAT) (vide Política Contábil 2.10.3).

2.6 Custos incorridos na aquisição dos contratos de seguros

A Resseguradora registra como um ativo (custos de aquisições diferidos) os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à originação ou renovação de contratos de resseguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos.

Esses custos são amortizados de acordo com o tipo de contrato, vigência do risco e base de cessão do mesmo.

2.7 Ativo intangível

Os ativos intangíveis representam ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável, e que seja provável que existam benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis estão representados por sistema de processamento de dados (*software*) que estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculado pelo método linear. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Resseguradora não possui Ativos intangíveis.

2.8 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Resseguradora não possui passivos financeiros relevantes, e os mesmos possuem vencimento no curto prazo (até 360 dias).

2.9 Contratos de resseguro e contratos de investimento - classificação

Na adoção inicial do CPC 11, a Resseguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de resseguro e retrocessão com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato. Na data de adoção, a Resseguradora não identificou contratos classificados como "Contratos de investimento" na aplicação inicial do CPC 11.

Os contratos de retrocessão também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Todos os contratos de retrocessão foram classificados como contratos de resseguro por transferirem risco significativo entre as partes no contrato.

2.10 Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro

2.10.1 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A política de risco de crédito da AIG Resseguros prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de retrocessão com os resseguradores. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Resseguradora acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Segundo diretrizes do CPC 11, a Resseguradora utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na nota 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11. Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores.

2.10.2 Passivos de contratos de seguro

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 360/17, CNSP nº 343/16, CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15, Circular SUSEP nº 544/16 e documento de Orientações da SUSEP ao mercado. Ainda, uma auditoria atuarial independente, com periodicidade anual, é realizada com o objetivo de avaliar os principais procedimentos e cálculos atuariais relacionados a provisões técnicas, operações de cessão, limites de retenção, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido, dentre outros aspectos que afetam a solvência da Resseguradora. O relatório da auditoria atuarial independente é encaminhado à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial.

Adicionalmente, a Resseguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 561/17 e alterações posteriores, na avaliação de contratos de seguro.

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio de resseguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. O seu cálculo é realizado pelo diferimento da parcela de prêmio de resseguros, estimada ou efetiva, pela sua respectiva vigência, de acordo com o tipo do contrato e base de cessão do mesmo.

(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio de resseguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, referente aos contratos já vigentes, mas ainda não emitidos, no caso de contratos automáticos, e referente aos riscos já vigentes mas não emitidos, no caso de contratos facultativos. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

(c) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP) (*Liability Adequacy Test* (LAT)), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 561/17 e alterações posteriores.

O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos, e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, nota 2.10.3).

(d) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o IBNR é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar (IBNER), considerando inclusive aqueles processos cíveis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro.

(e) Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (Provisão de IBNR)

O IBNR é constituído com o objetivo de cobrir os sinistros já ocorridos, porém ainda não avisados e cadastrados na Resseguradora. A metodologia adotada se baseia na análise estatística do desenvolvimento do sinistro, conhecida como "triângulo de *run-off*", desde sua ocorrência até o pagamento. Através dessa análise é possível estimar o sinistro final por cada trimestre de ocorrência de sinistro, sendo a diferença entre o sinistro final e o sinistro já registrado, o IBNR.

2.10.3 Teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test* (LAT))

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP n° 561/17, em cada data de balanço a Resseguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado calculando a diferença entre todos os passivos de contratos de seguro contabilizados permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos custos de aquisição diferidos do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros e o valor presente dos passivos projetados por análises atuariais de fluxo de caixa. Conforme determinação regulatória são realizadas duas análises separadas, sendo uma para riscos aceitos e outra para prêmios futuros. Ainda, a análise de riscos aceitos deve ser segregada entre fluxos de sinistros a ocorrer e fluxos de sinistros ocorridos.

Para o teste dos riscos já assumidos, o único aplicável a esta Resseguradora, não foi constatada insuficiência na totalidade da carteira.

2.11 Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.11.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de resseguro

As receitas de prêmio dos contratos de resseguro são reconhecidas proporcionalmente, e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices.

Nos contratos de resseguro facultativo, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do risco.

Nos contratos de resseguro automático o prêmio emitido é apurado da seguinte forma:

• Contratos proporcionais - O prêmio emitido é o valor calculado para cada risco emitido conforme percentual pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

• Contratos não proporcionais - O prêmio emitido é o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

2.11.2 Receitas de instrumentos financeiros

As receitas de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Resseguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% a partir de setembro de 2015, anteriormente 15%, em decorrência da Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015 que elevou a alíquota da Contribuição Social. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota da CSLL voltará a ser praticado a 15%.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

Com base nas disposições da Circular SUSEP nº 544/16 a Resseguradora deixou de reconhecer os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias, tendo em vista o último exercício em prejuízo fiscal e a projeção de resultados futuros negativos.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde se aplicam estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais, e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de resseguro de grandes riscos. A Resseguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota 4.1.

(b) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os requisitos mínimos determinados na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da administração da Resseguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis, vide nota 8.

4. GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL

4.1 Gestão de risco de seguro

(a) Risco de seguro

O risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra ou não e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Resseguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Resseguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorra.

A Resseguradora gerencia os contratos de resseguros através de políticas internas de subscrição, nesta inclui-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo Comitê de Crédito. No momento de definir o prêmio de resseguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carring amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição a apenas um tipo de negócio.

A Resseguradora efetua a gestão de risco de seguro conforme matriz de riscos previamente definida e com base em contratos que possuem riscos similares ou que são gerenciados em conjunto. Nossa matriz de riscos está distribuída da seguinte forma:

Seguro de pessoas

• Acidentes pessoais
• Vida em grupo
• Propriedade pessoal

Seguros Corporativos

• Aeronáutico
• Responsabilidade civil geral excedente
• Responsabilidade civil geral
• Propriedade
• Gerenciamento de crises
• Engenharia/Energia
• Ambiental
• Riscos financeiros
• Transportes
• Contas internacionais
• Grandes propriedades
• Garantia
• Risco de crédito

Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso III do artigo 2º da Circular SUSEP nº 521/15 "na definição dos segmentos de mercado, deverá ser considerada a região 2 (dois - Sul e Sudeste)":

Grupo por segmento	Região	2018	2017
Patrimonial	2	6.250	10.688
Riscos especiais	2	(16)	(26)
Responsabilidades	2	12.882	11.270
Transportes	2	336	744
Riscos financeiros	2	172	1.870
Pessoas coletivos	2	(5)	73
Marítimos	2	3.686	3.345
Aeronáuticos	2	1.080	(48)
		24.385	**27.916**

(b) Política de resseguros

Quaisquer riscos que excedam os limites de subscrição locais são submetidos à matriz para aprovação. Para minimizar os riscos da Resseguradora, contamos ainda com os contratos de retrocessão. Os limites de subscrição existem para impor critérios de seleção adequados de risco. Os contratos de retrocessão incluem contratos de excesso de danos, quota e coberturas de catástrofe.

(c) Análises de sensibilidade

A Resseguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são testadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da administração da Resseguradora quanto aos fatores de risco de seguro que impactam nossos contratos e são integradas à nossa política e matriz de monitoramento de risco de seguro, e consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto, onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir.

Seguros de pessoas		31 de dezembro de 2018			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
Premissas atuariais	Variação	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Sinistralidade	(20)	–	–	–	–
Sinistralidade	20	–	–	–	–
Câmbio Projetado	(20)	–	–	–	–
Câmbio Projetado	20	–	–	–	–

Seguros corporativos		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
Premissas atuariais	Variação	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Sinistralidade	(20)	14.178	23.630	2.483	4.138
Sinistralidade	20	(14.187)	(23.645)	(2.477)	(4.129)
Câmbio projetado	(20)	53.080	88.466	3.546	5.910
Câmbio projetado	20	(53.080)	(88.466)	(3.546)	(5.910)

Seguros de pessoas		31 de dezembro de 2017			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
Premissas atuariais	Variação	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Sinistralidade	(20)	–	–	–	–
Sinistralidade	20	–	–	–	–
Câmbio projetado	(20)	125	208	125	208
Câmbio projetado	20	(125)	(208)	(125)	(208)

Seguros corporativos		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
Premissas atuariais	Variação	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Sinistralidade	(20)	10.339	17.232	1.918	3.196
Sinistralidade	20	(10.347)	(17.245)	(1.921)	(3.201)
Câmbio projetado	(20)	36.074	60.123	2.481	4.135
Câmbio projetado	20	(36.074)	(60.123)	(2.481)	(4.135)

Os valores apresentados acima demonstram o quanto o resultado da Resseguradora será afetado por conta das variações propostas. Resultados negativo ou positivo nos testes de sensibilidade acima não refletem diretamente nas provisões da Resseguradora já que, nas provisões da Resseguradora, especificamente as provisões de prêmios, contêm uma parcela para cobrir o lucro futuro esperado. Somente seria necessário um

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 08:45:01.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30009204] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aumento das provisões caso o valor presente, para os casos que diminuiriam o resultado da Resseguradora demonstrado nos testes de sensibilidade, fosse maior do que a margem de lucro estimada nas reservas de prêmios.

4.2 Gestão de riscos financeiros e liquidez

A AIG RE determina em sua política de gestão de riscos, que o risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Resseguradora não possui tolerância ou limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação. A Resseguradora está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos financeiros significativos a Resseguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura de *Asset & Liability Management* (ALM).

A abertura por período de formação dos ativos financeiros da Resseguradora estão apresentados nas notas 6 e 7.

4.3 Gestão de risco de mercado

Entende-se por risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas.

A AIG RE está sujeita a riscos de mercado originados de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado brasileiro, a Resseguradora utiliza algumas estratégias de gestão de riscos para a manutenção da rentabilidade dos seus negócios, margem de juros e risco de liquidez, em níveis determinados conforme sua política de gestão de risco e abordagem (bem como limites operacionais) determinados por nossa Matriz. Adicionalmente, a Resseguradora emite certos contratos de seguros cujos passivos são impactados, ou denominados, em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e subsequentemente nos períodos de liquidação das obrigações originadas destes contratos.

Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40 requer a divulgação por nível relacionado à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).
- *Input* outro que preços quotados incluídos em Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (Nível 2).

A Resseguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Resseguradora classificados como mensurados ao valor justo:

			2018
	Nível 1	**Nível 2**	**Saldo contábil**
Ativos financeiros mantidos para negociação			
Títulos públicos federais	71.751	–	71.751
Títulos privados	–	43.088	43.088
Cotas fundos exclusivos (*)	30.617	–	30.617
Cotas fundos mútuo	16.150	–	16.150
Total mantidos para negociação	**118.518**	**43.088**	**161.606**

			2017
	Nível 1	**Nível 2**	**Saldo contábil**
Ativos financeiros mantidos para negociação			
Títulos públicos federais	60.396	–	60.396
Títulos privados	–	56.475	56.475
Cotas fundos exclusivos	17.636	–	17.636
Cotas fundos mútuo	13.472	–	13.472
Total mantidos para negociação	**91.504**	**56.475**	**147.979**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 03/2019 e 03/2023.

A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Resseguradora considerando os percentuais de variação abaixo indicados:

		em 31 de dezembro de 2018		em 31 de dezembro de 2017	
Variável Financeira	**Variação**	**Patrimônio líquido**	**Impacto Resultado**	**Patrimônio líquido**	**Impacto Resultado**
Taxa de Juros	(1,5)	858	858	599	599
Taxa de Juros	1,5	(805)	(805)	(585)	(585)
Câmbio Projetado	(20)	(3.094)	(3.094)	(2.331)	(2.331)
Câmbio Projetado	20	3.094	3.094	2.331	2.331

Em função da AIG Resseguros classificar os ativos como para negociação, ao realizar a análise de sensibilidade com os ativos da carteira de investimentos na data-base, o impacto direto é refletido integralmente no resultado da Resseguradora. Porém, o patrimônio líquido também sofre um impacto indireto de mesma magnitude.

4.4 Gestão de risco de crédito

Pulverização de risco é a distribuição de um seguro pelo maior número possível de seguradores, realizada por meio de resseguro ou retrocessões, de modo que o risco não venha a constituir, por maior que seja sua importância, perigo iminente para a estabilidade da carteira objeto do seguro.

A AIG RE distribui seus riscos em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto-Lei nº 73, de 1966, alterado pela Lei Complementar nº 126, de 2007, e obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 360/17 e alterações posteriores.

Adicionalmente, a Resseguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de resseguro no mercado aberto, a qual segue as políticas da matriz, onde existem diversos indicadores impostos para limitar a exposição ao risco de crédito caso as contrapartes de nossas operações não possuam *rating* de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos em nossa política.

A política de aplicações financeiras adotada pela administração da AIG RE estabelece as instituições financeiras com as quais a Resseguradora e suas controladas podem operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos.

A Resseguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas ou adquire títulos públicos federais, cuja classificação de risco seja considerada como alto *rating* de crédito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nossa carteira foi pulverizada basicamente entre Resseguradoras admitidas (99%), cujos *ratings* de crédito estão avaliados em A.

Os *ratings* considerados pela AIG RE para aceitação da distribuição de seus riscos financeiros foram extraídos de *sites* de órgãos classificadores, sendo estes: *Standard & Poors, Fitch, Moody's e AM Best*. Tais classificações também estão disponíveis no *site* da SUSEP, com as mesmas fontes.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos detidos pela Resseguradora distribuídos por *rating* de crédito. Os ativos classificados na categoria "sem *rating"* compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

						31 de dezembro de 2018
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	**AAA**	**AA+**	**AA-**	**A+**	**Sem *Rating***	**Saldo contábil**
Ativos financeiros						
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação						
Ativos prefixados						
Públicos	52.018	–	–	–	–	52.018
Privados	9.575	–	–	–	–	9.575
Ativos pós-fixados						
Públicos	19.733	–	–	–	–	19.733
Privados	12.184	13.605	7.724	–	–	33.513
Cotas Fundos	–	–	–	–	–	
Exclusivo (*)	–	–	–	–	30.617	30.617
Mútuo	–	–	–	–	16.150	16.150
Total Instrumentos Financeiros	**93.510**	**13.605**	**7.724**	**–**	**46.767**	**161.606**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 03/2019 e 03/2023.

						31 de dezembro de 2017
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	**AAA**	**AA+**	**AA-**	**A+**	**Sem *Rating***	**Saldo contábil**
Ativos financeiros						
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação						
Ativos prefixados						
Públicos	–	–	44.927	–	–	44.927
Privados	–	–	7.172	–	–	7.172
Ativos pós-fixados						
Públicos	–	–	15.469	–	–	15.469
Privados	12.797	4.557	17.381	14.568	–	49.303
Cotas Fundos						
Exclusivo (*)	–	–	–	–	17.636	17.636
Mútuo	–	–	–	–	13.472	13.472
Total Instrumentos Financeiros	**12.797**	**4.557**	**84.949**	**–**	**31.108**	**147.979**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

4.5 Gestão de risco de capital

A Resseguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de resseguros e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Resseguradora através da otimização de ambos os níveis e diversificações das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Resseguradora.

Os principais objetivos da Resseguradora em sua gestão de capital são: (a) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (b) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte a Resseguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

Para o requerimento de capital mínimo, a Resseguradora segue os dispostos da Resolução CNSP nºs 321/2015, 343/2016 e 360/2017 que dispõem sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional, capital de risco de subscrição, capital de risco de mercado e capital de risco de crédito.

Consideram-se, para efeito das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I - Capital-base: montante fixo de capital no valor de R$ 60.000, que uma resseguradora local deverá manter, a qualquer momento.

II - Capital adicional: montante variável de capital que a entidade supervisionada deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes à sua operação, conforme disposto em regulamentação.

Conforme requerido, o patrimônio líquido ajustado para 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

	2018	**2017**
Ajustes contábeis		
Patrimônio Líquido (+/–)	89.695	100.144
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/–)	**89.695**	**100.144**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**–**	**–**
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes associados à variação de valores econômicos (+/–)	**89.695**	**100.144**
Capital-Base (CB)	**60.000**	**60.000**
Capital Adicional de Subscrição (CAS)	6.679	3.614
Capital adicional risco de crédito	24.582	18.144
Risco de Mercado	7.088	2.976
Benefício da diversificação (Redução por Correlação)	(7.138)	(3.542)
Capital Adicional de Risco Operacional (CROPER)	2.739	1.940
Capital de risco (i)	**33.950**	**23.132**
Capital mínimo requerido (ii)	**60.000**	**60.000**
Suficiência de capital (iii)	**29.695**	**40.144**
Suficiência de ativos garantidores - vide (nota 9)	67.271	81.186
Liquidez em relação ao capital de risco (20% do Capital de Risco (CR)) (iv)	6.790	4.626
(=) Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas superior a 20% capital de risco	**60.481**	**76.560**

(i) Correspondente à soma do capital adicional de subscrição, mercado, crédito, benefício da diversificação e do capital de risco operacional.

(ii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco.

(iii) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo requerido.

(iv) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido - CMR em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

5. CAIXA E BANCOS

	2018	**2017**
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	9.964	10.995
Total de caixa e equivalentes de caixa	**9.964**	**10.995**

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

							31 de dezembro de 2018
	Fluxo de caixa contratual e não descontado						
	Sem Vencimento	**Até 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Saldo Contábil**	**Percentual por Categoria**
Ativos financeiros							
Mantidos para negociação							
Exclusivo (*)	30.617	–	–	–	–	30.617	19%
Cotas de fundos mútuos	16.150	–	–	–	–	16.150	10%
Ativos prefixados							
Públicos	–	20.185	11.639	20.194	–	52.018	32%
Privados	–	–	7.844	1.731	–	9.575	6%
Ativos pós-fixados							
Públicos	–	6.283	–	13.450	–	19.733	12%
Privados	–	7.771	10.973	14.769	–	33.513	21%
Total ativos financeiros	**46.767**	**34.239**	**30.456**	**50.144**	**–**	**161.606**	**100%**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 03/2018 e 09/2021.

							31 de dezembro de 2017
	Fluxo de caixa contratual e não descontado						
	Sem vencimento	**Até 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Saldo Contábil**	**Percentual por Categoria**
Ativos financeiros							
Mantidos para negociação							
Exclusivo (*)	17.636	–	–	–	–	17.636	12%
Cotas de fundos mútuos	13.472	–	–	–	–	13.472	9%
Ativos prefixados							
Públicos	–	4.669	10.557	29.701	–	44.927	30%
Privados	–	–	–	7.172	–	7.172	5%
Ativos pós-fixados							
Públicos	–	–	9.233	6.236	–	15.469	10%
Privados	–	8.691	14.372	24.238	2.002	49.303	33%
Total ativos financeiros	**31.108**	**13.360**	**34.162**	**67.347**	**2.002**	**147.979**	**100%**

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

A tabela abaixo demonstra a taxa de juros contratada das aplicações financeiras:

	2018	**2017**
Fundo soberano (exclusivo)	SELIC, CDI	SELIC, CDI
Títulos em tesouraria (Públicos e Privados)	Prefixado, CDI/SELIC, IPCA	Prefixado, CDI/SELIC, IPCA
Fundo Cambial	Dólar	Dólar

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

			31 de dezembro de 2018
	Valor do Investimento na Curva	**Ajuste da Marcação a Mercado**	**Valor da Marcação a Mercado**
Ativos Financeiros Disponíveis para Negociação			
Títulos Renda Fixa Privados	42.789	299	43.088
Títulos Renda Fixa Públicos	70.870	881	71.751
Cotas Fundos			
Exclusivo	30.617	–	30.617
Mútuo	16.150	–	16.150
Total disponível para Negociação	**160.426**	**1.180**	**161.606**

			31 de dezembro de 2017
	Valor do Investimento na Curva	**Ajuste da Marcação a Mercado**	**Valor da Marcação a Mercado**
Ativos Financeiros Disponíveis para Negociação			
Títulos Renda Fixa Privados	56.115	360	56.475
Títulos Renda Fixa Públicos	58.894	1.502	60.396
Cotas Fundos			
Exclusivo	17.636	–	17.636
Mútuo	13.472	–	13.472
Total disponível para Negociação	**146.117**	**1.862**	**147.979**

Movimentação das aplicações financeiras

	2018	**2017**
Saldo inicial	147.979	178.293
Aplicações	106.755	129.511
Resgates	(105.888)	(176.948)
Rendimento	12.760	17.123
Saldo final	**161.606**	**147.979**

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 07:52:18.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30007824] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

							2018
Grupo por segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios RVNE	Comissões de RVNE de resseguros	Sinistros	Redução ao valor recuperável	Total
Patrimonial (*)	6.107	(997)	2.006	(393)	7.243	(83)	13.883
Riscos especiais	–	–	–	–	–	–	–
Responsabilidades	10.645	(3.176)	2.694	(768)	3.015	–	12.410
Transportes	3.042	–	175	–	–	–	3.217
Riscos financeiros	54.219	(19.589)	22.580	(7.083)	12.049	–	62.176
Pessoas coletivo	–	–	–	–	–	–	–
Rural	–	364	–	–	–	–	364
Marítimos	2.817	(315)	175	(25)	288	(43)	2.897
Aeronáuticos	5.376	(287)	351	(10)	722	(1)	6.151
Total	**82.206**	**(24.000)**	**27.981**	**(8.279)**	**23.317**	**(127)**	**101.098**
						Circulante	101.098

(*) Na coluna de Prêmios efetivos de resseguros, contempla R$826 de Prêmios estimados de resseguros.
(*) Na coluna de Comissões efetivas de resseguros, contempla R$(115) de Comissões estimadas de resseguros.

							2017
Segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios RVNE	Comissões de RVNE de resseguros	Sinistros	Redução ao valor recuperável	Total
Patrimonial (*)	6.633	(514)	1.339	(174)	6.468	(66)	13.686
Riscos especiais	–	–	13	(1)	–	–	12
Responsabilidades	4.183	(1.168)	5.217	(1.783)	89	(6)	6.532
Transportes	2.212	–	–	–	–	–	2.212
Riscos financeiros	74.509	(28.406)	7.849	(3.218)	3.333	–	54.067
Pessoas coletivo	2	(1)	–	–	–	–	1
Rural	–	364	–	–	–	–	364
Marítimos	2.342	(299)	249	(35)	184	(47)	2.394
Aeronáuticos	1.279	278	499	(84)	1.693	(5)	3.660
Total	**91.160**	**(29.746)**	**15.166**	**(5.295)**	**11.767**	**(124)**	**82.928**
Circulante							82.469
Não Circulante							459

(*) Na coluna de Prêmios efetivos de resseguros, contempla R$747 de Prêmios estimados de resseguros.
(*) Na coluna de Comissões efetivas de resseguros, contempla R$(84) de Comissões estimadas de resseguros.

7.1 Composição da carteira por classe e categoria contábil

						Ativos vencidos e não *impaired*		Saldo contábil
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não *impaired*	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Ativos *impaired*	em 31 de dezembro de 2018
Prêmios a receber resseguro assumido	42.847	4.094	15.498	683	644	17.614	(127)	81.253
Comissões efetivas de resseguros	(10.923)	(1.581)	(5.492)	(41)	191	(6.039)	–	(23.885)
Prêmios estimados de resseguros	826	–	–	–	–	–	–	826
Comissões estimadas de resseguros	(115)	–	–	–	–	–	–	(115)
Prêmios RVNE	27.981	–	–	–	–	–	–	27.981
Comissões RVNE	(8.279)	–	–	–	–	–	–	(8.279)
Sinistros	23.317	–	–	–	–	–	–	23.317
	75.654	**2.513**	**10.006**	**642**	**835**	**11.575**	**(127)**	**101.098**

						Ativos vencidos e não *impaired*		Saldo contábil
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não *impaired*	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Ativos *impaired*	em 31 de dezembro de 2017
Prêmios a receber resseguro assumido	15.153	23.639	29.265	10.904	11.143	591	(124)	90.571
Comissões efetivas de resseguros	(4.319)	(4.222)	(17.162)	(554)	(3.653)	248	–	(29.662)
Prêmios estimados de resseguros	747	–	–	–	–	–	–	747
Comissões estimadas de resseguros	(84)	–	–	–	–	–	–	(84)
Prêmios RVNE	15.166	–	–	–	–	–	–	15.166
Comissões RVNE	(5.295)	–	–	–	–	–	–	(5.295)
Sinistros	11.485	–	–	–	–	–	–	11.485
	32.853	**19.417**	**12.103**	**10.350**	**7.490**	**839**	**(124)**	**82.928**

7.2 Movimentação das operações de seguros e resseguros

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**51.841**
Prêmios emitidos resseguro assumido	208.576
Prêmios cancelados resseguro assumido	(58.199)
Comissões efetivas de resseguros	(20.578)
Recebimentos prêmio de resseguro assumido	(103.954)
Prêmios estimados	2.039
Comissões estimadas	(81)
Sinistros	2.754
Provisão para riscos sobre créditos	530
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**82.928**
Prêmios emitidos resseguro assumido	50.774
Prêmios cancelados resseguro assumido	(7.781)
Comissões efetivas de resseguros	5.777
Recebimentos prêmio de resseguro assumido	(52.026)
Prêmios estimados	79
Comissões estimadas	(31)
Prêmios RVNE	12.815
Comissões RVNE	(2.984)
Sinistros	11.550
Provisão para riscos sobre créditos	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**101.098**

Prazo médio recebimento (dias)

O prazo médio de parcelamento (dias) dos prêmios a receber de resseguro assumido é de 92,9 dias em 2018 (65,4 dias em 2017).

Parcelamento médio com base nas emissões

A média geral de parcelamentos com base nas emissões de 5,3 parcelas em 2018 (4,6 parcelas em 2017).

7.3 Operações com seguradoras por segmento

Apresentamos a seguir as operações com seguradoras por segmento.

							2018
Grupo por segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios RVNE	Comissões de RVNE	Sinistros	Redução ao valor recuperável	Total
Patrimonial (*)	6.107	(997)	2.006	(393)	511	(4)	7.230
Riscos especiais	–	–	–	–	–	–	–
Responsabilidades	10.645	(3.176)	2.694	(768)	38	–	9.433
Transportes	3.042	–	175	–	–	–	3.217
Riscos financeiros	54.219	(19.589)	22.581	(7.084)	1.899	–	52.026
Pessoas coletivos	–	–	–	–	–	–	–
Rural	–	364	–	–	–	–	364
Marítimos	2.817	(315)	175	(25)	77	(43)	2.686
Aeronáuticos	5.376	(287)	351	(10)	1	–	5.431
Total	**82.206**	**(24.000)**	**27.982**	**(8.280)**	**2.526**	**(47)**	**80.387**

(*) Na coluna de Prêmios efetivos de resseguros, contempla R$826 de Prêmios estimados de resseguros.
(*) Na coluna de Comissões efetivas de resseguros, contempla R$(115) de Comissões estimadas de resseguros.

							2017
Grupo por segmento	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios RVNE	Comissões de RVNE	Sinistros	Redução ao valor recuperável	Total
Patrimonial (*)	6.633	(514)	1.339	(174)	400	–	7.684
Riscos especiais	–	–	13	(1)	–	–	12
Responsabilidades	4.183	(1.168)	5.217	(1.783)	25	(5)	6.469
Transportes	2.212	–	–	–	–	–	2.212
Riscos financeiros	74.509	(28.406)	7.849	(3.218)	–	–	50.734
Pessoas coletivos	2	(1)	–	–	–	–	1
Rural	–	364	–	–	–	–	364
Marítimos	2.342	(299)	249	(35)	–	(47)	2.210
Aeronáuticos	1.279	278	499	(84)	–	–	1.972
Total	**91.160**	**(29.746)**	**15.166**	**(5.295)**	**425**	**(52)**	**71.658**

(*) Na coluna de Prêmios efetivos de resseguros, contempla R$747 de Prêmios estimados de resseguros.
(*) Na coluna de Comissões efetivas de resseguros, contempla R$(84) de Comissões estimadas de resseguros.

7.4 *Impairment* - Operações com seguradoras

As perdas para *impairment* foram registradas na conta "Despesas operacionais" no resultado do período. Valores provisionados como perda para *impairment* são baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da administração para a recuperação do ativo financeiro.

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Resseguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Para o cálculo coletivo de *impairment* a Resseguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como *Roll Rate Model*.

A Resseguradora designa os prêmios a receber como *impaired* a partir de estudos econômicos de perda, onde são consideradas emissões feitas em períodos anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

A movimentação da provisão para *impairment* de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2018	2017
Saldo no início do exercício	(52)	(642)
Provisões constituídas no exercício	(47)	(52)
Reversões de provisões para *impairment*	52	642
Saldo no final do exercício	**(47)**	**(52)**

7.5 Operações com resseguradora

			2018
Grupo de Segmento	Sinistros	Redução ao valor recuperável	Total
Patrimonial	6.732	(80)	6.652
Responsabilidades	2.977	–	2.977
Riscos financeiros	9.870	–	9.870
Marítimos	212	–	212
Aeronáuticos	720	(1)	719
Total	**20.511**	**(81)**	**20.430**

			2017
Grupo de Segmento	Sinistros	Redução ao valor recuperável	Total
Patrimonial	6.068	(66)	6.002
Responsabilidades	64	(1)	63
Riscos financeiros	3.051	–	3.051
Marítimos	184	–	184
Aeronáuticos	1.693	(5)	1.688
Total	**11.060**	**(72)**	**10.988**

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2018	2017
Crédito tributário - IRPJ sobre diferenças temporárias	–	526
Crédito tributário - CSLL sobre diferenças temporárias	–	421
Crédito tributário - PIS e COFINS diferido sobre PSL	2.715	1.697
Créditos tributários	**2.715**	**2.644**
Impostos a compensar	2.785	977
Antecipação IRPJ	55	4.998
Antecipação CSLL	27	4.019
Créditos previdenciários	**2.867**	**9.994**
Total créditos tributários e previdenciários	**5.582**	**12.638**

Em 31/12/2018, a Companhia deixou de reconhecer contabilmente os valores referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre as diferenças temporárias e também sobre o Prejuízo Fiscal e Base Negativa constituídos em 2018, por não apresentar estudo técnico que viabilize a realização desses ativos nos próximos exercícios.

Tributos diferidos - Ativo	2018	2017
Outras provisões não dedutíveis	–	947
Total	**–**	**947**
A ser recuperado até 12 meses	–	947
Total	**–**	**947**

A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

Tributos diferidos ativos	Outras Provisões não dedutíveis	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**947**	–	**947**
Movimentação	(947)	–	(947)
Saldo em 30 de dezembro de 2018	–	–	–

Os registros de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, atendem os critérios descritos na circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	2018	2017
Provisões técnicas - Resseguradoras (A)	**668.164**	**473.204**
Direitos creditórios (i)	27.239	33.348
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PPNG	24.633	12.931
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PSL	471.857	319.984
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de IBNR	42.493	37.376
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PDR	7.607	2.772
Total de ativos redutores das necessidades de cobertura (B)	**573.829**	**406.411**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C=A-B)	**94.335**	**66.793**
Fundos de investimento	46.767	31.108
Títulos de renda fixa	114.839	116.871
Ativos financeiros garantidores (D)	**161.606**	**147.979**
Excedente (E=D-C)	**67.271**	**81.186**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

10. ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS

								2018
Segmento	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	Prêmios de retrocessão diferida - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Despesas pendentes de pagamento	Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	5.897	(1.056)	1.357	(339)	330.970	5.062	2.882	344.773
Riscos especiais	10	–	–	–	19	–	–	29
Responsabilidades	815	(36)	277	(10)	52.350	1.947	2.621	57.964
Transportes	332	–	142	–	–	–	429	903
Riscos financeiros	65.641	(26.582)	21.580	(6.897)	53.612	113	23.366	130.833
Marítimos	360	–	17	–	1.184	27	714	2.302
Aeronáuticos	3.593	(617)	347	(13)	33.722	458	12.481	49.971
Total	**76.648**	**(28.291)**	**23.720**	**(7.259)**	**471.857**	**7.607**	**42.493**	**586.775**
Ativo circulante								572.642
Ativo não circulante								14.133

								2017
Segmento	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	Prêmios de retrocessão diferida - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Despesas pendentes de pagamento	Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	5.325	(1.561)	548	(253)	283.345	2.683	5.194	295.281
Riscos especiais	296	(81)	10	(1)	17	–	74	315
Responsabilidades	47	(1)	3.621	(1.542)	353	(6)	578	3.050
Transportes	271	–	–	–	–	–	1.248	1.519
Riscos financeiros	67.937	(27.922)	7.412	(3.116)	32.341	35	27.583	104.270
Marítimos	314	–	86	–	1.064	25	624	2.113
Aeronáuticos	1.807	(198)	498	(15)	2.864	35	2.075	7.066
Total	**75.997**	**(29.763)**	**12.175**	**(4.927)**	**319.984**	**2.772**	**37.376**	**413.614**
Ativo circulante								396.849
Ativo não circulante								16.765

11. CONTAS A PAGAR

11.1 Obrigações a pagar

	2018	2017
Juros sobre capital próprio	–	5.772
Dividendos	–	3.623
Participação nos lucros	96	65
Outras obrigações a pagar	265	194
	361	**9.654**

11.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	2018	2017
IRRF fonte	10	6
CSL/PIS/COFINS terceiros	–	2
IRRF sobre juros sem capital próprio	–	1.012
Imposto sobre serviço	18	–
INSS sobre folha de pagamento	9	9
Contribuição para FGTS	3	3
	40	**1.032**

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 07:52:39.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30007831] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.3 Impostos e contribuições

	2018	2017
Imposto de renda	53	3.457
Contribuição social	–	2.791
COFINS	942	1.975
PIS/PASEP	176	397
	1.171	**8.620**

11.4 Outras contas a pagar

	2018	2017
Contas a pagar	300	293
Custos administrativos pagos por terceiros	1.290	2.381
	1.590	**2.674**

12. TRIBUTOS DIFERIDOS

	2018	2017
Imposto de renda	1.305	1.161
Contribuição social	783	929
	2.088	**2.090**
A ser realizado após 12 meses		

A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

Tributos diferidos passivos	Outros ajustes temporários	Total
Saldo em 31 de dezembro 2017	**2.090**	**2.090**
Movimentação	(2)	(2)
Saldo em 31 de dezembro 2018	**2.088**	**2.088**

Em 2018 a Resseguradora passou a reconhecer passivo fiscal diferido no montante de R$ 2.088 (R$ 2.090 em 2017) decorrentes de diferenças temporárias que se tornarão obrigações fiscais no futuro, atendendo aos critérios descritos na circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores (nota 14). As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial, sendo 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social.

13. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS - PASSIVO

	2018	2017
Resseguradoras	**100.134**	**68.279**
Resseguro a liquidar resseguradora local	**16.270**	**8.420**
Sinistros	16.270	7.862
Outros débitos	–	558
Retrocessões cedidas	**83.864**	**59.859**
Prêmios local	**1.035**	**583**
Efetivos	**962**	**531**
Prêmios efetivos	1.226	727
Comissão sob seguro cedido em retrocessão	(526)	(456)
Outros débitos	262	260
RVNE	**73**	**52**
Prêmios RVNE	74	59
Comissões RVNE	(1)	(7)
Resseguro admitido	**82.904**	**59.316**
Efetivos	**65.916**	**51.962**
Prêmios efetivos	88.133	78.711
Comissões efetivas	(29.409)	(27.003)
Outros débitos	7.192	254
RVNE	**16.988**	**7.354**
Premios RVNE	24.451	12.391
Comissões RVNE	(7.463)	(5.037)
Resseguro eventual	**(75)**	**(40)**
Efetivos	**(75)**	**(41)**
Prêmios efetivos	(22)	4
Comissões efetivas	(53)	(45)
RVNE	–	**1**
Prêmios RVNE	–	1

Apresentamos a seguir a relação de resseguradoras classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas da SUSEP para os quais uma parcela do prêmio assumido foi repassado (cedido):

Tipo	Resseguradora	Percentual cedido	Classificação de risco	Agência
Admitida	American Home Assurance Company (*)	95	A	Standard & Poor's/FITCH
Admitida	Allianz Global Corporate e Specialty Se	3	A+	A. M. Best Company
Admitida	Hannover Ruck Se	1	AA-	Standard & Poor's/FITCH
Admitida	Odyssey America Reinsurance Corporation	1	A	A. M. Best Company
		100		

(*) Parte relacionada

14. PROVISÕES TÉCNICAS

2018

Segmento	Riscos diferidos efetivos - PPNG	Comissões diferidas efetivas - DAC	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados-IBNR	Total
Patrimonial (*)	9.152	(1.490)	1.945	(385)	344.289	7.422	8.038	368.971
Riscos especiais	–	–	–	–	39	1	–	40
Responsabilidades	11.778	(3.519)	2.568	(740)	71.806	6.057	12.395	100.345
Transportes	382	–	175	–	–	31	687	1.275
Riscos financeiros	66.138	(27.119)	21.838	(6.887)	53.613	198	24.002	131.783
Pessoas coletivo	–	–	–	–	–	47	392	439
Rural	–	–	–	–	137	8	–	145
Outros	–	–	–	–	82	5	–	87
Marítimos	2.292	(311)	169	(24)	8.834	1.058	2.543	14.561
Aeronáuticos	3.593	(198)	349	(10)	33.809	478	12.497	50.518
Total	**93.335**	**(32.637)**	**27.044**	**(8.046)**	**512.609**	**15.305**	**60.554**	**668.164**
							Ativo circulante	653.724
							Ativo não circulante	14.440

(*) Na coluna de Prêmios diferidos efetivos-PPNG, contempla R$441 de Prêmios estimados de resseguros.
(*) Na coluna de Comissões diferidas efetivas-DAC, contempla R$(62) de Comissões estimadas de resseguros.

2017

Segmento	Riscos diferidos efetivos - PPNG	Comissões diferidas efetivas - DAC	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados-IBNR	Total
Patrimonial (*)	10.499	(1.598)	1.236	(165)	293.734	4.139	13.205	321.050
Riscos especiais	394	(22)	13	(1)	33	1	72	490
Responsabilidades	8.559	(2.629)	5.187	(1.773)	6.275	1.822	7.349	24.790
Transportes	329	–	–	–	–	269	3.486	4.084
Riscos financeiros	67.955	(28.111)	7.605	(3.117)	32.341	41	27.563	104.277
Pessoas coletivo	–	–	–	–	–	47	393	440
Rural	–	–	–	–	137	12	28	177
Outros	–	–	–	–	70	4	–	74
Marítimos	2.341	(328)	239	(34)	5.115	755	2.619	10.707
Aeronáuticos	1.808	(216)	498	(84)	2.949	59	2.101	7.115
Total	**91.885**	**(32.904)**	**14.778**	**(5.174)**	**340.654**	**7.149**	**56.816**	**473.204**
								456.228
								16.976

(*) Na coluna de Prêmios diferidos efetivos-PPNG, contempla R$679 de Prêmios estimados de resseguros.
(*) Na coluna de Comissões diferidas efetivas-DAC, contempla R$(76) de Comissões estimadas de resseguros.

14.1 Movimentações de saldos patrimoniais provisões

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de ativos e passivos de contratos de resseguros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Mutação da PPNG	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**64.794**	**50.962**
Novos contratos emitidos	209.323	99.295
Riscos expirados	(119.900)	(53.723)
Riscos cancelados/restituídos	(62.333)	(20.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**91.884**	**75.997**
Novos contratos emitidos	136.976	98.512
Riscos expirados	(119.509)	(88.208)
Riscos cancelados/restituídos	(16.016)	(9.653)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**93.335**	**76.648**

Mutação da DAC	Custos diferidos de aquisição de contratos assumidos	Custos diferidos de aquisição de contratos cedidos
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**20.063**	**17.809**
Novos contratos emitidos	69.354	65.732
Riscos expirados	(34.062)	(31.353)
Riscos cancelados/restituídos	(22.451)	(22.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**32.904**	**29.763**
Novos contratos emitidos	33.642	24.893
Riscos expirados	(29.613)	(12.056)
Riscos cancelados/restituídos	(4.296)	(14.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**32.637**	**28.291**

Mutação da PPNG-RVNE	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**13.070**	**11.179**
Nova estimativa de contratos emitidos	15.166	12.450
Estimativa de riscos expirados	(388)	(275)
Reversão da reserva anterior	(13.070)	(11.179)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**14.778**	**12.175**
Nova estimativa de contratos emitidos	27.981	24.525
Estimativa de riscos expirados	(937)	(805)
Reversão da reserva anterior	(14.778)	(12.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**27.044**	**23.720**

Mutação da DAC-RVNE	Custos diferidos de aquisição de contratos assumidos	Custos diferidos de aquisição de contratos cedidos
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**4.874**	**4.425**
Nova estimativa de contratos emitidos	5.295	5.044
Estimativa de riscos expirados	(122)	(117)
Reversão da reserva anterior	(4.873)	(4.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**5.174**	**4.927**
Nova estimativa de contratos emitidos	8.279	7.464
Estimativa de riscos expirados	(233)	(205)
Reversão da reserva anterior	(5.174)	(4.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**8.046**	**7.259**

Mutação da PSL e PDS	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**336.722**	**317.565**
Sinistros avisados	54.574	41.201
Alterações de estimativa	385	229
Pagamento de sinistros	(54.165)	(40.511)
Atualização monetária e juros	3.139	4.272
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**340.655**	**322.756**
Sinistros avisados	208.226	172.354
Alterações de estimativa	(10.809)	(8.928)
Pagamento de sinistros	(82.700)	(69.679)
Atualização monetária e juros	57.237	62.961
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**512.609**	**479.464**

Mutação da IBNR	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**114.321**	**90.434**
Reversão da reserva anterior	(114.320)	(90.434)
Constituição da nova reserva	56.815	37.376
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**56.816**	**37.376**
Reversão da reserva anterior	(56.816)	(37.376)
Constituição da nova reserva	60.554	42.493
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**60.554**	**42.493**

Provisão para despesas não diretamente alocadas a sinistro	Passivos de contratos de seguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**5.317**
Reversão da reserva anterior	(5.317)
Constituição da nova reserva	7.149
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**7.149**
Reversão da reserva anterior	(7.149)
Constituição da nova reserva	15.305
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**15.305**

14.2 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

As tabelas a seguir representam as estimativas iniciais efetuadas pela Companhia referente às provisões para sinistros e despesas com sinistros, bem como a reestimativa das mesmas, em cada um dos períodos demonstrados (análise conhecida como *calendar year*), as quais refletem o saldo das reservas contabilizados no período.

A mesma análise é realizada para as provisões Brutas e Líquidas de Resseguro.

A tabela 1 demonstra o saldo contábil das provisões utilizadas nos triângulos de desenvolvimento (Provisões para sinistros), e, da provisão total de sinistros, excluindo o montante referente à reserva para despesas não alocadas ao sinistro.

Na tabela 2 demonstramos o saldo das provisões de sinistros por tipo de provisão (Sinistros a Liquidar e IBNR).

Na tabela 3 está demonstrada a evolução dos valores pagos ou ressarcidos acumulados, somada à evolução do valor das provisões reestimadas para esses mesmos sinistros.

E, na tabela 4, comparamos as reestimativas atuais mais os pagamentos acumulados até o último período com a reserva contabilizada originalmente, sendo que variações são apresentadas em valores e em percentuais.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 07:52:52.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30007835] - www.imprensaoficial.com.br

continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(a) Bruto de resseguro

Tabela 1

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/18
Provisões totais para sinistros	**8.829**	**27.997**	**59.416**	**488.556**	**455.954**	**404.620**	**587.168**
Despesa não alocada	253	1.077	1.178	2.634	4.041	3.574	3.729
Provisões para sinistros	8.576	26.920	58.238	485.922	451.913	401.047	583.439

Tabela 2

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/18
Sinistros a Liquidar	897	3.095	15.241	395.771	337.592	344.231	522.884
IBNR	7.678	23.825	42.998	90.151	114.320	56.815	60.554
Provisões para sinistros (i,ii)	8.576	26.920	58.238	485.922	**451.913**	**401.047**	583.439

Tabela 3

Provisões reestinadas e valor pago até	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/18
Um ano mais tarde	6.614	26.342	81.021	399.160	376.013	552.367	–
Dois anos mais tarde	5.846	29.843	55.398	388.796	536.815	–	–
Três anos mais tarde	5.340	17.783	46.553	522.434	–	–	–
Quatro anos mais tarde	4.836	15.963	103.124	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	4.274	16.903	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	4.840	–	–	–	–	–	–

Tabela 4

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/18
Sobra (falta) cumulativa	3.735	10.016	(44.886)	(36.512)	(84.902)	(151.320)	–
Sobra (falta) cumulativa %	43,6%	37,2%	-77,1%	-7,5%	-18,8%	-37,7%	–

(b) Valores retidos

Tabela 1

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/18
Provisões Totais para sinistros	**2.477**	**9.034**	**23.134**	**45.667**	**47.954**	**44.488**	**66.559**
Despesa não alocada	253	1.077	1.178	2.634	4.041	3.574	3.729
Provisões para sinistros	2.225	7.957	21.956	43.032	43.913	40.915	62.830

Tabela 2

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/18
Sinistros a Liquidar	897	1.919	5.908	15.975	20.027	21.476	18.061
IBNR	1.327	6.038	16.048	27.057	23.886	19.439	44.769
Provisões para sinistros (i,ii)	2.225	7.957	21.956	43.032	**43.913**	**40.915**	62.830

Tabela 3

Provisões reestinadas e valor pago até	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/18
Um ano mais tarde	2.282	5.905	37.644	28.662	33.785	66.200	–
Dois anos mais tarde	1.329	7.901	25.301	23.606	58.996	–	–
Três anos mais tarde	1.594	4.442	21.812	44.238	–	–	–
Quatro anos mais tarde	1.153	4.264	27.736	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.174	5.314	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.797		–	–	–	–	–

Tabela 4

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/18
Sobra (falta) cumulativa	427	2.644	(5.780)	(1.206)	(15.084)	(25.286)	–
Sobra (falta) cumulativa %	19,2%	33,2%	-26,3%	-2,8%	-34,3%	-61,8%	–

* Nota: Os montantes de PSL incluem a PDS

Por tratar-se de uma Companhia ainda em processo de crescimento, a mesma vem ganhando exposição aos poucos e, por este motivo, até anos anteriores não havia histórico de dados suficiente para calcular estimativas atuariais consistentes para reserva, utilizando apenas sua experiência, principalmente por se tratar - em sua essência - de produtos de grandes riscos, onde poucos sinistros podem ser suficientes para consumir toda reserva. A cada período, a exposição aumenta e o histórico passa a ser mais consistente, possibilitando uma diversificação maior do risco, melhor funcionamento do mutualismo da carteira e consequentemente reservas mais assertivas. Como exemplo, apenas um sinistro consumiu R$ 54 milhões da reserva bruta de retrocessão e R$ 6 milhões líquido de retrocessão, impactando a suficiência da reserva nos anos de 2016 e 2017.

15. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 91.435.555 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, nos seguintes termos:

• Boletim de subscrição I - AIG Seguros Brasil - número de ações subscritas: 91.435.554 ações ordinárias.

• Boletim de subscrição II - American Home Assurance Company Escritório de Representação no Brasil Ltda. - número de ações subscritas: uma ação ordinária.

(b) Reservas

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, devendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída para assegurar à Resseguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

(c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, em 2017 houve o pagamento de R$ 6.790 de juros sobre o capital próprio e R$ 3.623 referente a dividendos.

16. PRÊMIOS

16.1 Prêmios emitidos

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de resseguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e riscos vigentes não emitidos. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

2018

Grupo por segmento	Prêmio de resseguro	Comissões	Prêmios - Riscos Vigentes não Emitidos	Retrocessões aceitas	Total	%
Patrimonial	15.366	(2.861)	449	631	13.585	14
Riscos especiais	–	–	(12)	–	(12)	–
Responsabilidades	21.413	(6.289)	(1.507)	–	13.617	14
Transportes	1.459	–	175	–	1.634	2
Riscos financeiros	70.778	(24.258)	10.865	–	57.385	60
Pessoas coletivos	(8)	3	–	–	(5)	–
Marítimos	5.194	(741)	(64)	–	4.389	5
Aeronáuticos	5.943	(347)	(75)	–	5.521	5
Total	**120.145**	**(34.493)**	**9.831**	**631**	**96.114**	**100**

2017

Grupo por segmento	Prêmio de resseguro	Comissões	Prêmios - Riscos Vigentes não Emitidos	Retrocessões aceitas	Total	%
Patrimonial	15.378	(1.098)	326	–	14.606	14
Riscos especiais	(4)	21	(50)	–	(33)	–
Responsabilidades	16.393	(6.408)	3.774	–	13.759	14
Transportes	3.086	–	–	–	3.086	3
Riscos financeiros	103.824	(38.595)	(2.719)	–	62.510	62
Pessoas coletivos	79	(6)	–	–	73	–
Marítimos	5.107	(645)	(272)	–	4.190	4
Aeronáuticos	3.043	(172)	237	–	3.108	3
Total	**146.906**	**(46.903)**	**1.296**	**–**	**101.299**	**100**

16.2 Prêmios ganhos principais ramos de atuação

2018

Segmento	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade - %
Patrimonial	14.342	(79)
Riscos especiais	356	20
Responsabilidades	12.875	(640)
Transportes	1.420	214
Riscos financeiros	47.774	(86)
Pessoas coletivo	(5)	(20)
Marítimos	4.473	(84)
Aeronáuticos	3.810	(1.974)
Total	**85.045**	**(248)**

2017

Segmento	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade - %
Patrimonial	12.575	40
Riscos especiais	956	718
Responsabilidades	11.176	(20)
Transportes	2.967	43
Riscos financeiros	70.473	7
Pessoas coletivos	142	(82)
Pessoas individual	112	2
Marítimos	5.167	(117)
Aeronáuticos	4.183	(139)
Total	**107.751**	**4**

Para os segmentos que apresentam índice de sinistralidade acima de 100%, a Administração da AIG Resseguros está tomando as medidas para redução desses índices, tal como não renovação de apólices nesse nicho de frequência alta e severidade baixa.

17. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

As despesas com provisões técnicas apresentam as seguintes variações:

2018

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	Prêmios diferidos - Retro-cessão aceita	Comissões diferidas - Retro-cessão aceita	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão comple-mentar de cobertura	Total
Patrimonial (*)	1.673	(166)	(318)	57	(709)	220	–	757
Riscos especiais	378	(22)	–	–	13	(1)	–	368
Responsabilidades	(3.218)	890	–	–	2.620	(1.033)	–	(741)
Transportes	(39)	–	–	–	(175)	–	–	(214)
Riscos financeiros	1.844	(990)	–	–	(14.234)	3.770	–	(9.610)
Pessoas coletivos	–	–	–	–	–	–	–	–
Pessoas individual	–	–	–	–	–	–	–	–
Marítimos	41	(18)	–	–	70	(9)	–	84
Aeronáuticos	(1.770)	(18)	–	–	149	(74)	–	(1.713)
Total	**(1.091)**	**(324)**	**(318)**	**57**	**(12.266)**	**2.873**	**–**	**(11.069)**

(*) Na coluna de Prêmio diferido - PPNG, contempla R$238 de Prêmios estimados.

(*) Na coluna de Comissões diferidas - PPNG, contempla R$(15) de Comissões estimadas de resseguros.

2017

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	Prêmios diferidos - Retro-cessão aceita	Comissões diferidas - Retro-cessão aceita	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão comple-mentar de cobertura	Total
Patrimonial (*)	(1.049)	(950)	288	(43)	(293)	(35)	–	(2.082)
Riscos especiais	1.030	(83)	–	–	50	(9)	–	988
Responsabilidades	(214)	109	–	–	(3.761)	1.334	–	(2.532)
Transportes	(118)	–	–	–		–	–	(118)
Riscos financeiros	(29.106)	14.281	–	–	2.270	(1.003)	21.522	7.964
Pessoas coletivos	81	(12)	–	–	–	–	–	69
Pessoas individual	112	–	–	–	–	–	–	112
Marítimos	921	(188)	–	–	271	(28)	–	976
Aeronáuticos	1.552	(273)			(245)	41	–	1.075
Total	**(26.791)**	**12.884**	**288**	**(43)**	**(1.708)**	**300**	**21.522**	**6.452**

(*) Na coluna de Prêmio diferido - PPNG, contempla R$(679) de Prêmios estimados.

(*) Na coluna de Comissões diferidas - PPNG, contempla R$76 de Comissões estimadas de resseguros.

18. SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros ocorridos estão assim compostos:	2018	2017
Indenizações avisadas	(202.676)	(47.761)
Despesas com sinistros	(11.687)	(6.437)
Salvados	119	420
Ressarcimentos	7.281	65
Variação da provisão sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	(3.739)	57.505
	(210.702)	**3.792**

Os sinistros avisados sofreram aumento em decorrência de apólices de *Aviation e Financial Lines*, em contra-partida a recuperação de sinistros, amenizou esse aumento na mesma proporção.

19. RESULTADO COM RETROCESSÃO

(a) Composição do resultado com retrocessões

Demonstramos a seguir a composição do resultado com retrocessões:

	2018	2017
Indenização de sinistros - Recuperação	171.841	36.673
Despesas com sinistros - Recuperação	7.706	4.757
Salvados e ressarcidos	(7.193)	(313)
Variação da provisão de IBNR	5.117	(53.058)
Receita com retrocessão	**177.471**	**(11.941)**
Prêmios cedidos em retrocessão brutos	(100.933)	(116.894)
Comissões	29.206	43.508
Variação das despesas de retrocessão - Provisões	11.234	(8.303)
Despesa com retrocessão	**(60.493)**	**(81.689)**
Resultado com retrocessão	**116.978**	**(93.630)**

(b) Abertura por segmento

Os valores dos principais grupos estão assim compostos:

2018

Segmento	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	5.085	(5.545)	(460)
Riscos especiais	(74)	(207)	(281)
Responsabilidades	57.646	(1.813)	55.833
Transportes	(819)	(1.130)	(1.949)
Riscos financeiros	40.556	(47.809)	(7.253)
Marítimos	(149)	(750)	(899)
Aeronáuticos	75.226	(3.239)	71.987
Total	**177.471**	**(60.493)**	**116.978**

2017

Segmento	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	(7.573)	(5.519)	(13.092)
Riscos especiais	(5.694)	(553)	(6.247)
Responsabilidades	(533)	(680)	(1.213)
Transportes	(1.681)	(2.389)	(4.070)
Riscos financeiros	(4.696)	(67.633)	(72.329)
Pessoas individuais	(2)	–	(2)
Marítimos	2.834	(739)	2.095
Aeronáuticos	5.404	(4.176)	1.228
Total	**(11.941)**	**(81.689)**	**(93.630)**

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 08:45:15.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30009211] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesas com pessoal próprio	(844)	(759)
Serviços de terceiros	(189)	(3.031)
Localização e funcionamento	(37)	(79)
Despesas com publicações	(159)	(153)
Donativos e contribuições	(26)	(15)
Custos rateados	(9.904)	(3.046)
	(11.159)	**(7.083)**

21. DESPESAS COM TRIBUTOS

	2018	2017
Cofins	(1.313)	(5.760)
Outros tributos	(361)	(49)
PIS/PASEP	(237)	(1.080)
Taxa de fiscalização	(519)	(439)
Total	**(2.429)**	**(7.328)**

22. RESULTADO FINANCEIRO

(a) Receitas financeiras

	2018	2017
Receitas com títulos de renda fixa privados	6.601	6.858
Receitas com títulos de Renda fixa públicos	5.094	6.733
Oscilação cambial com operações de resseguros aceitos	1.605	(58)
Oscilação cambial com operações de retrocessões aceitas	101	257
Oscilação cambial com operações de resseguros cedidos	53.180	4.272
Quotas de outros fundos de investimento	1.065	3.532
Outras receitas	256	280
	67.902	**21.874**

(b) Despesas financeiras

	2018	2017
Oscilação Cambial com operações de resseguros aceitos	(54.878)	(2.776)
Oscilação Cambial com operações de retrocessões aceitas	–	(22)
Oscilação Cambial com operações de resseguros cedidos	233	(588)
Juros sobre despesas financeiras de encargos sobre tributos	(12)	(9)
Imposto sobre operações financeiras	(1)	(68)
Despesas com impostos e contribuições sobre transações financeiras	(835)	(800)
Outras despesas	(107)	(56)
	(55.600)	**(4.319)**
Resultado financeiro	**12.302**	**17.555**

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como se seguem:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da provisão do imposto de renda, da contribuição social e das participações	**(9.392)**	**(9.392)**	**22.093**	**22.093**
(–) Juros sobre o capital próprio			(6.790)	(6.790)
(–) Participações	(86)	(86)	(46)	(46)
Resultado base para cálculo dos impostos	**(9.478)**	**(9.478)**	**15.257**	**15.257**
Ajustes temporários	(966)	(966)	(1.213)	(1.213)
Ajustes permanentes	350	242	(91)	(91)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	**(10.094)**	**(10.202)**	**13.953**	**13.953**
Alíquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional federal, e 15% para CSLL Incentivos Fiscais	(18)	(6)	3.456	2.790
(Constituição)/Reversão de créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(671)	(276)	303	243
Provisão para não realização dos créditos tributários	–	–	–	–
Total de impostos de renda e contribuição social	**(689)**	**(282)**	**3.759**	**3.033**
Alíquota efetiva		**10%**		**45%**

24. PARTES RELACIONADAS

A administração considera, como partes relacionadas da Resseguradora, a AIG Seguros Brasil S.A.,a American Home Assurance Company, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

(a) Com a AIG Seguros Brasil S.A. a Resseguradora mantém operações de aceitação de prêmios de resseguros, recuperação de sinistros, despesas de comercialização.

(b) A Resseguradora utiliza parte da estrutura e recursos da AIG Seguros Brasil S.A. para o desempenho de suas operações, conforme contrato de rateio e ressarcimento de despesas e custos indiretos e diretos acordado entre as partes.

(c) Com a American Home Assurance Company a resseguradora mantém operações de repasse de prêmios de resseguros e recuperação de despesas de comercialização.

Transações operacionais	**AIG Seguros**	**American Home**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.800**	**46.225**
Ativo	137.053	71.848
Passivo	(57.998)	(105.585)
Pagamento	38.905	29.923
Recebimento	(91.276)	(60.321)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**29.484**	**(17.910)**
Ativo	102.723	82.189
Passivo	(101.494)	(134.641)
Pagamento	70.718	65.608
Recebimento	(117.073)	(70.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(15.642)**	**(74.894)**

Transações administrativas	**AIG Seguros (*)**	**AIG Property Casualty, inc.**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(2.397)**	–
Provisão	(1.246)	(2.381)
Pagamento	3.643	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**–**	**(2.381)**
Provisão	(9.790)	(503)
Pagamento	8.784	2.599
Ativo	–	907
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(1.006)**	**622**

(*) Foi celebrado em 2018 contrato de rateio de custos, em função de utilização da estrutura comum.

A remuneração dos administradores são efetuadas pela controladora AIG Seguros Brasil S.A.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Conforme convenção coletiva de trabalho, a Resseguradora concede benefícios pós-emprego a seus funcionários relacionados à cobertura de plano de saúde e custeio indireto de seguro de vida para funcionários demitidos ou aposentados. O período do benefício depende de diversas regras estabelecidas pela Lei nº 9.656/98 e pelas regras da Convenção Coletiva de Trabalho, onde a Resseguradora apurou atuarialmente as obrigações decorrentes destes planos segundo as regras do CPC 33. A Resseguradora adotou uma política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em conformidade com os requisitos do item 92, onde reconhece-se a parcela dos ganhos e das perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano);
- 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

No exercício findo de 2018, a Resseguradora apurou de reserva de benefícios a empregados o montante de R$ 18 (2017 - R$ 16).

A Resseguradora contribui mensalmente para o Instituto Nacional de Seguridade Social para os seus funcionários onde a contribuição no exercício findo de 2018 totalizou R$ 141 (2017 -R$ 135). A Resseguradora também é copatrocinadora em plano de aposentadoria, que compreende pensão. O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. Durante o exercício findo de 2018, as contribuições totalizaram R$ 15 (2017- R$ 14).

Em 25 de fevereiro de 2019, as Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram aprovadas pelo comitê de auditoria, instituido pela AIG Resseguros Brasil S.A., em cumprimento a Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015.

Diretoria

Diretor Presidente - Fábio Protasio Jorge de Oliveira

Diretores

Edson Lima de Souza | Francisco Ignácio Espinoza Concha | Fernando Borges Porelo | Luis Ricardo Souza de Almeida | Fábio Protasio Jorge de Oliveira

Comitê de Auditoria

Assízio Aparecido de Oliveira | Josemar Costa Silva | Luiz Pereira de Souza

Atuária

Natália Soares Grisanti - MIBA - 2162

Contadora

Roseli Midori Kanazawa - CRC - 1SP187230/O-8

Relatório do Comitê de Auditoria - Dezembro de 2018

Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração da
AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A.
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S/A, instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e com sua formação homologada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, composto por três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral, se reuniu, em 2018, em oito oportunidades.

O Comitê estende a sua competência à AIG Resseguros Brasil S/A, atuando na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros ("AIG"), por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários.

Em 2018, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com o Diretor Presidente.

Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e compliance, de ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A e da AIG Resseguros Brasil S.A, a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

Assizio Aparecido de Oliveira	**Josemar Costa Silva**	**Luiz Pereira Souza**
Membro do Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
AIG Resseguros Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AIG Resseguros Brasil S.A. ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Resseguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 09:29:48.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30010334] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos
Acionistas e Administradores da
AIG Resseguros Brasil S.A
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Resseguros Brasil S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da **AIG Resseguros Brasil S.A.** é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base nos nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e do nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequados. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência a nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma expectativa de lucros que garantam sua continuidade no futuro.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão quando registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Resseguros Brasil S.A.** para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles.

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2018

Provisões Técnicas	**Em Milhares de R$**
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	79.695
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	512.609
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	60.554
Provisão de Despesas Relacionadas/Outras - PDR	15.305
Total de Provisões Técnicas Auditadas (A)	**668.163**
Valores Redutores de Provisões Técnicas	**Em Milhares de R$**
Direitos Creditórios	27.239
Custo de Aquisição Diferidos Redutores	–
Ativos de Retrocessão Redutores	546.591
Total de Redutores (B)	**573.830**
Total das Provisões Técnicas Líquidas (A - B)	**94.333**

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	**Em Milhares de R$**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA* (a)	89.694
Capital Base (b)	60.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	6.679
Capital de Risco - Crédito (d)	24.582
Capital de Risco - Operacional (e)	2.739
Capital de Risco - Mercado (f)	7.088
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(7.137)
Capital de Risco (h)	33.949
Capital Mínimo Requerido (CMR) (i) = Maior entre (b) e (h)	**60.000**
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (a) - (i)	**29.694**
Índice de Suficiência/(Insuficiência) do PLA em relação ao CMR	**49,49%**

*Apenas os acréscimos e deduções normativos em relação ao Patrimônio Líquido foram auditados e não o próprio Patrimônio Líquido, dado que o Patrimônio Líquido é a conta que resultou de todas as posições ativas e passivas da entidade, inclusive aquelas além da abrangência de nossa auditoria atuarial.

Liquidez em relação ao Capital de Risco	**Em Milhares de R$**
Provisões a serem Garantidas (a)	94.334
Ativos Garantidores Aceitos (b)	161.606
Ativos Garantidores Aceitos - Provisões a serem Garantidas (c) = (b) - (a)	67.271
Capital de Risco [1] (d)	33.949
Índice de Liquidez em relação ao Capital de Risco [2] (c) / (d)	**158,02%**

[1] Capital de Risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.
[2] Conforme disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e Resolução CNSP nº 360/2017, a liquidez em relação ao CR é caracterizada quando o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, for superior a 20% do CR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela **AIG Resseguros Brasil S.A.** e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião da auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Resseguros Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

Cesar Luiz Danieli
Atuário, MIBA MTb/RJ 824
GAMA Consultores Associados Ltda. [1]
CNPJ 02.941.736/0001-90
CIBA 67
SCN Quadra 05, Bloco A, Torre Norte, Sala 118, Brasília Shopping, Asa Norte
Brasília/DF - CEP: 70.715-900

[1] A Gama Consultores Associados Ltda. é uma empresa pertencente ao grupo Mercer Human Resources Consulting Ltda. - CNPJ 55.492.391/0001-09 - CIBA 17

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 08:45:28.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30009215] - www.imprensaoficial.com.br